

ABORDAGENS PEDAGÓGICAS E INCLUSÃO: A PSICOLOGIA EDUCACIONAL FRENTE À NEURODIVERSIDADE

DEISY JAQUES RIBEIRO¹; RAFAEL GUTERRES ORTIZ²
SANDRO FACCIN BORTOLAZZO³:

¹Universidade Federal de Pelotas – deisyjqs@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – rafaelguterres.ortiz@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – sandrobortolazzo@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A disciplina de Fundamentos Psicológicos da Educação (FPE) é um componente presente na grade curricular de todos os cursos de licenciatura da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl). Assim, a relevância da presença de monitores nesta disciplina se justifica, na medida em que o cronograma abrange o estudo de diversas teorias sobre desenvolvimento humano e aprendizagem, o que, muitas vezes, pode gerar dificuldades de compreensão por parte dos estudantes. Além disso, há temáticas emergentes, como o bullying, a intolerância religiosa, as dificuldades e os transtornos específicos de aprendizagem, dentre outras, que atravessam e interferem no cotidiano da educação escolar.

No decorrer das atividades como monitora da disciplina de Fundamentos Psicológicos da Educação (FPE), observei o relato recorrente de graduandos que já estão atuando em escolas, especialmente como acompanhantes, sobre o número considerável de alunos com laudos, em especial de Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Opositivo Desafiador (TOD). Esses graduandos expressam os desafios que enfrentam ao tentar compreender e atender às necessidades dos alunos neurodivergentes. As narrativas dos futuros professores evidenciam uma preocupação em adquirir conhecimentos e recursos pedagógicos que garantam a inclusão escolar desses estudantes.

É importante situar o lugar discursivo nesse contexto, pois a escolha em produzir esta escrita está ligada à minha vivência com os desafios da maternagem atípica de uma criança autista e, posteriormente, às experiências adquiridas em atividades de extensão como graduanda do curso de Licenciatura em Artes Visuais, bem como à monitoria mencionada anteriormente. Com base nessas experiências, observo o quanto é impulsionador investir no potencial dos alunos neurodivergentes sem adotar um viés paternalista, respeitando suas singularidades e promovendo uma inclusão que seja efetivamente prática, e não apenas uma inclusão formal ou de direito.

De acordo com a Lei nº 12.764/2012, complementada pelo Decreto nº 8368/2014, o sujeito dentro do TEA tem direito ao acesso à educação, sendo garantido pela legislação um acompanhante especializado, em caso de comprovada necessidade, o que serve por analogia aos estudantes laudados com TDAH e TOD. Observa-se que o acompanhante ou auxiliar desempenha a função de ministrar apoio e intervir sempre que surgem as necessidades específicas do estudante neurodivergente no processo de inclusão, evidenciando assim sua importância em facilitar e mediar o processo de ensino e aprendizagem.

Dessa forma, surge a proposta da oficina, que tem como objetivo auxiliar o professor da disciplina de Fundamentos Psicológicos da Educação (FPE) a orientar os estudantes dos cursos de licenciatura, fornecendo subsídios, elementos teóricos, ferramentas e metodologias voltadas para a promoção de uma educação inclusiva que atenda à diversidade presente na sala de aula.

A atividade foi construída com base na Teoria Sociocultural de Vygotsky, compreendendo a interação do sujeito com os elementos da cultura enquanto fundamental aos processos de aprendizagem. Segundo o autor, as mais sérias deficiências e/ou comprometimentos intelectuais podem ser compensadas com ensino apropriado. Isso significa que Vygotsky (1998) centraliza nas possibilidades oferecidas pelas mediações, sendo que o objetivo da educação é fornecer um ambiente que ajude a superar as limitações e permita que a criança se desenvolva de acordo com suas possibilidades máximas.

Mas, afinal, o que são os Transtornos TEA, TDAH e TOD? De acordo com o DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), eles são classificados como Transtornos do Neurodesenvolvimento, manifestando-se geralmente desde a infância por meio de características específicas. O diagnóstico é obtido por meio de investigação clínica e atestado por um médico neurologista, que segue os critérios estabelecidos pelo DSM-V. Para o Transtorno do Espectro Autista (TEA), os principais critérios incluem o déficit na socialização (comunicação e interação social), bem como comportamentos, atividades ou interesses restritos e repetitivos. O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é caracterizado por desatenção, inquietude e impulsividade. Já o Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) é definido por comportamentos que questionam figuras de autoridade, ou dificuldade em controlar a paciência, além de demonstrar comportamentos raivosos e desafiantes.

Contudo, para se chegar ao diagnóstico dos transtornos mencionados, diversos saberes atravessam o corpo do indivíduo que está sendo investigado, ou seja, há a atuação de um conjunto de especialistas que, por meio de procedimentos amplos – geralmente realizados por meio de observações durante os atendimentos e acompanhamentos –, chegam à suspeita diagnóstica. Entre esses profissionais estão o pediatra, psicólogo, psicopedagogo, psiquiatra, terapeuta ocupacional, nutricionista, fonoaudiólogo, pedagogo, entre outros. Após o diagnóstico ser confirmado e o laudo encaminhado à escola, uma série de práticas pedagógicas específicas deverão (ou deveriam) ser implementadas no processo de aprendizagem, como, por exemplo, o plano de ensino individualizado (PDI) desse estudante, garantindo a ele um acesso à educação equitativa e adaptada às suas necessidades.

Esse cenário do crescimento do número de estudantes laudados como neurodivergentes, bem como os relatos dos graduados nos cursos de licenciatura que estão experienciando o ambiente escolar e as dificuldades encontradas para possibilitar a inclusão, nos levaram a pensar em uma atividade que sirva de subsídio para esses profissionais.

2. ATIVIDADE A SER REALIZADA

Em termos metodológicos, a estrutura do trabalho se dará na forma de Oficina e ministrada como formação complementar atrelada à disciplina de Fundamentos Psicológicos da Educação. Ocorrendo em duas etapas, seriam dois encontros presenciais. A ideia é de que essas oficinas funcionem semestralmente, com um

total de 15 vagas, procurando manter, assim, a qualidade no diálogo e nas trocas. A oficina será dividida da seguinte forma:

Primeiramente, iremos abordar uma introdução sobre a problemática enfrentada pelos profissionais que acompanham os estudantes com transtornos, propondo “roda de compartilhamentos” sobre as vivências escolares. A fala inicial será um relato da monitora a partir da experiência e dos desafios enquanto mãe de neurodivergente em idade escolar. Com o relato particular intenciona-se que o grupo participante da oficina compartilhe suas experiências individuais no ambiente escolar. Ainda nesse encontro vamos propor uma breve revisão da legislação vigente e da literatura sobre a necessidade de socialização e uma crítica sobre a disciplinarização dos corpos. Terminaremos o primeiro dia de atividade pontuando de forma coletiva em um painel interativo e lúdico os comportamentos característicos dos neurodivergentes.

No segundo encontro, ofereceremos aos participantes exemplos de práticas pedagógicas voltadas para pessoas com TEA, TDAH e TOD, baseadas na observação, avaliação e mediação dos estudantes neurodivergentes. Dentro dessa proposta, a atividade incluirá questionamentos como: o que motiva e qual é o foco de interesse do estudante que está sendo acompanhado pelo participante da oficina? Qual é a capacidade desse estudante em relação à atenção e perseverança para concluir uma atividade? Quais são os estímulos que favorecem sua autonomia e sua participação em atividades de grupo? Qual é o grau de desenvolvimento na comunicação, e quais ferramentas estão sendo utilizadas no caso de um estudante neurodivergente não verbal que está em fase de desenvolvimento da comunicação? Esses questionamentos permitirão que os participantes reflitam sobre estratégias pedagógicas que atendam às necessidades específicas de cada aluno.

Ainda, será disponibilizado ao final do curso um link previamente organizado com referências teóricas no campo da pesquisa sobre os desafios no ensino e aprendizagem do sujeito neurodivergente, bem como escritos sobre práticas pedagógicas para viabilizar a inclusão escolar. Por último, a oferta de uma mentoria individualizada no total de um encontro extra aos graduandos interessados em tirar dúvidas após o término da oficina.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em um ambiente escolar inclusivo requer a elaboração de estratégias pedagógicas que possibilitem a socialização e a aprendizagem, respeitando a singularidade de cada sujeito. Importa considerar a interação do estudante com o meio, compreender os estímulos que impulsionam sua participação, identificar os fatores que contribuem para a desregulação comportamental, entender sua forma de comunicação e avaliar seu grau de autonomia. Dessa forma, é possível promover um espaço educativo que valorize a diversidade e ofereça oportunidades de desenvolvimento e aprendizado para todos.

Refletir sobre o sujeito implica reconhecer as diferenças entre indivíduos diagnosticados como neuroatípicos e aqueles considerados neurotípicos, pois negar a condição neurológica distinta é negar a existência de um outro modo de viver e se expressar. Nesse sentido, torna-se essencial uma prática pedagógica que respeite a pluralidade de sujeitos, que fomente a autonomia dos estudantes e que efetivamente garanta a inclusão escolar.

Conforme Pereira (2020, p. 72) destaca: “Conviver com a diversidade é uma oportunidade de ressignificar a prática pedagógica. A visão tradicional que privilegia

os conhecimentos formais destituídos de experiências vivenciais não atende mais à realidade; a educação vive momentos de transição, de mudanças rápidas e intensas que nos fazem enxergar que a escola é o espaço no qual são vivenciadas experiências estruturantes no processo de ‘hominização’. Por esse motivo, é importante pensar em uma relação educador-educando mais ampla, otimizando o processo de ensino-aprendizagem, enaltecendo o ser em sua totalidade, em suas múltiplas dimensões”.

Fornecer subsídios aos profissionais que trabalham diretamente com estudantes neurodivergentes, orientando sobre as diversas formas de ser e agir dos sujeitos diagnosticados, bem como apresentando métodos para identificar as melhores ferramentas a serem utilizadas com esses indivíduos, possibilitará um suporte para uma mudança educacional e social relevante. Além disso, fortalecerá a fluidez nas habilidades necessárias para que esses profissionais promovam uma prática inclusiva e transformadora.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Tradução de Maria Inês Correa Nascimento. Et al. Porto Alegre, RS: Artmed, 2014. Tradução de Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders.

BRASIL, Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em 20 set. de 2024.

BRASIL, Decreto Lei n. 8.368, de 02 de dezembro de 2014. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8368.htm>.

DANTAS, H; LA TAILLE, Y; OLIVEIRA, M.K. **Piaget, Vygotsky, Wallon**. Teorias Psicogenéticas em discussão. 3. ed. São Paulo: Summus, 1992.

PEREIRA, E.R. de O. **O Corpo ganha lugar na Educação Inclusiva: Um Olhar para a Motricidade no Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. 2020. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.